



GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais – Trabalho 992

ESTADO DA ARTE, POLÍTICA CURRICULAR E RELAÇÕES RACIAIS: AS PESQUISAS NAS PRODUÇÕES DA ANPED (2000-2015)

Raquel Amorim dos Santos – UFPA

Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e Silva – UNAMA

Resumo

O estudo apresenta análise de artigos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), no Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico-Raciais (GT-21), cuja produção científica está localizada na área da Educação e Relações *Raciais*. Neste trabalho nos deteremos no levantamento das produções encontradas nos Anais das Reuniões Anuais da ANPED (25^a a 37^a), relativas ao período de 2000 a 2015, as quais apresentam como ênfase temática em seu conjunto de textos: a política educacional, a política curricular, as políticas de ações afirmativas, o Movimento Negro e a Lei nº 10.639/2003. Neste estudo utilizamos a abordagem qualitativa com aplicação da pesquisa bibliográfica. A metodologia seguiu a tendência para estudos de análise de Estado da Arte. É importante salientar, que nos limites do presente texto, optou-se pela análise do dialogismo discursivo (BAKHTIN, 2010). Os resultados revelam que as pesquisas sobre Educação e Relações *Raciais* foram ampliadas na última década no Brasil, favorecendo a abertura de espaços de discussões e busca de alternativas para minimizar a discriminação racial e o preconceito nas escolas. Concluimos que esses estudos impulsionam o debate sobre a superação do racismo, discriminação e preconceito racial nos diferentes campos sociais.

Palavras-chave: Política Curricular. Relações Raciais. ANPED

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo analisar os artigos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)¹, no Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico-Raciais (GT-21), cuja produção científica está localizada na área das Relações Étnico-Raciais² e Educação, com ênfase na educação dos afro-brasileiros. Especificamente, neste trabalho nos deteremos no levantamento das produções

¹ A ANPED foi fundada em 1976 por alguns Programas de Pós-Graduação da Área da Educação. Vinte e seis anos após a fundação da ANPEd foi criado, nessa Associação, o seu 21º Grupo de Estudos (GE), denominado Relações Raciais/Étnicas e Educação passando, dois anos após, à categoria de Grupo de Trabalho (GT), intitulado Afro-Brasileiros e Educação (SISS; OLIVEIRA, 2004).

encontradas nos Anais das Reuniões Anuais (25^a a 37^a), relativas ao período de 2000 a 2015, as quais apresentam como ênfase temática em seu conjunto de textos: a *política educacional*, a *política curricular*, as *políticas de ações afirmativas*, o *movimento negro* e a *Lei nº 10.639/2003*. As ênfases temáticas foram definidas a partir da constância e regularidade de conteúdos predominantes acerca da temática.

O recorte temporal justifica-se pela luta dos movimentos sociais negros, sobretudo no início dos anos 2000 pela descolonização do currículo e conteúdo escolares e a educação como instrumento de desconstrução do preconceito e da discriminação racial que culminou com a promulgação da Lei nº 10.639/2003, o que gerou o progresso das pesquisas e temas emergentes nesse campo de análise.

No âmbito do estudo, o movimento entre os temas Política Curricular e Relações Raciais se entrecruzam a partir das discussões voltadas para as políticas de ações afirmativas como importante ferramenta na mobilização contra o racismo e a discriminação racial.

Neste estudo utilizamos a abordagem qualitativa com aplicação da pesquisa bibliográfica (GATTI, 1983). De modo adjacente, ao realizarmos o estado da arte indicamos aspectos relevantes ao conjunto de análises já produzidas sobre o tema, as demandas detectadas pelos autores, a diversidade de problemáticas reveladas, as urgências e silenciamentos existentes desvelados e as permanências apontadas nas pesquisas publicadas.

As proposições das pesquisas serviram de base para nossas argumentações sobre a importância da utilização desta metodologia, denominada estado da arte. Anuncia-se a possibilidade de se obter uma visão geral do que foi ou vem sendo produzido. Ao mesmo tempo em que permite realizar uma ordenação do progresso das pesquisas e de temas emergentes e priorizados em cada reunião anual, bem como desvendar suas características e foco, além de identificar as contribuições e avanços encontrados pelos autores e divulgar e conferir maior visibilidade as produções existentes.

É comum aos autores que abordaram as pesquisas do tipo “estado da arte” ou “estado do conhecimento” a constatação de que seriam pesquisas bibliográficas que visam “[...] mapear e discutir certa área de produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento”. Elas utilizam alguns princípios metodológicos de caráter

² O termo racial aspeado ou em *itálico* assume o argumento político de um conceito operante na sociedade brasileira. Ver discussão em BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro enigma, 2012, p.96-107.

inventariante, mas priorizam a perspectiva descritiva da produção acadêmica e permite a liberdade de opção na definição do objeto de análise (GATTI, 1983, 1992; FERREIRA, 2002; ROMANOWSKI; ENS, 2006).

O levantamento dos artigos produzidos nas Reuniões Anuais da ANPED (GT-21) trabalhou com as seguintes sistemáticas: a) Levantamento dos artigos; b) leitura dos artigos na íntegra em cada reunião, por ano, a partir das ênfases temáticas elencadas acima; c) produção de tabelas, nas quais se buscou detectar artigos em que a política curricular aparecia de forma explícita, bem como aqueles em que se anunciavam preocupações ou potenciais sobre política curricular e relações *raciais*, mas não se denominavam claramente como política curricular e, por fim procedeu-se a análise dos trabalhos, procurando evidenciar suas implicações teóricas e práticas.

É importante salientar, que nos limites do presente texto, optou-se pela análise do dialogismo discursivo (BAKHTIN, 2010). Neste sentido, Bakhtin (2003) aponta que o dialogismo, se mostra nas muitas vozes criando e recriando sentidos e significados às palavras ditas e às não ditas entre locutor e interlocutor.

O tema sobre Política Curricular e Relações *Raciais* formou-se nas últimas décadas como um campo de estudos emergente, de interesses e posicionamentos múltiplos. Um conjunto significativo de pesquisas e trabalhos que têm por objeto as Relações *Raciais* nos processos educativos, interpretados a partir de um espectro amplo de temáticas de interesse e perspectivas teórico-metodológicas.

Estado da Arte, Política Curricular e Relações Raciais

No levantamento geral dos trabalhos apresentados nas Reuniões Anuais da ANPED, no recorte explicitado, foram encontrados trinta e nove (39) trabalhos que se relacionavam à Política Curricular e Relações *Raciais*. Conforme Tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Quantidade de Publicações Anuais sobre Política Curricular e Relações *Raciais* (2000-2011), segundo a ANPED

<u>Ano</u>	<u>FONTE DOCUMENTAL</u>			<u>GERAL</u>	
	<u>ANPED GT-21</u>			<u>Qtd.</u>	<u>%</u>
	<u>REUNIÕES ANUAIS</u>	<u>TOTAL DE ARTIGOS</u>	<u>%</u>		
2000	—	—	0	—	0
2001	—	—	0	—	0
2002	25 ^a	3	1,59	1	2,56
2003	26 ^a	9	4,78	1	2,56
2004	27 ^a	9	4,78	1	2,56
2005	28 ^a	24	12,76	4	10,25
2006	29 ^a	11	5,85	2	5,12
2007	30 ^a	6	3,19	1	2,56
2008	31 ^a	11	5,85	1	2,56

2009	32 ^a	9	4,78	2	5,12
2010	33 ^a	13	6,91	1	2,56
2011	34 ^a	30	15,95	3	7,69
2012	35 ^a	22	11,70	5	12,85
2013	36 ^a	18	9,57	5	12,82
2015	37 ^a	23	12,29	12	30,79
TOTAL	—	188	100,0	39	100,0

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir do *site* da ANPED (GT-21)/2017

A Tabela 1 apresenta as quantidades de produções por Ano de Publicação (2000 a 2015), de acordo com o Tipo de Fonte Documental (ANPED GT-21) e Tipo de Projeto (Artigo). Nela, verifica-se que as publicações da ANPED GT-21, foram produzidas em sua maior parte no ano de 2011, com 15,95% do total, seguido pelo ano de 2005, com 12,76%.

Em relação ao tratamento metodológico os estudos combinaram a pesquisa bibliográfica e análise de documentos, usando para o trabalho empírico: pesquisas apoiadas na análise de depoimento, nos estudos de um caso, nos estudos de caso do tipo etnográfico, nos estudos descritivos exploratórios, nos estudos de pesquisa-ação, que fazem a análise da prática pedagógica, a história de vida, análise das práticas discursivas e pesquisa bibliográfica. Mais um aspecto que deriva desses estudos é a identificação das técnicas mais utilizadas nas pesquisas, quais sejam: entrevistas, análise de documentos, observação, questionário, diário de campo, ou dados que foram coletados por meio de fotografia, grupo de discussão e grupo focal.

Quanto ao enfoque teórico privilegiado, nem sempre eles estavam claramente definidos, mas foi possível identificar as contribuições das Ciências Sociais, da Sociologia e da Psicologia. Ainda identificamos a abordagem qualitativa³, destacando-se a pesquisa no campo da etnografia (CLIFFORD, 1977) e a pesquisa sócio-histórica

³ Ver discussão em FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Trad. Sandra Netz. – 2^a.ed.- Porto Alegre: Bookman. 2004.

(BURKE, 2000; LE GOFF, 1994; GINZBURG, 1989). Em menor número vem à abordagem fenomenológica, sociopoética e psicossocial (MOSCOVICI, 1978).

Nesses estudos também se observou uma concentração de pesquisas sobre políticas de ações afirmativas e legislação antirracista, mesmo assim, as bases teóricas que subsidiaram as análises apontam para a referência à perspectiva crítica como base de interpretação dos dados. A referência comum foi na discussão sobre o sistema de cotas e Lei nº 10.639/2003, sendo frequentemente citados os autores: Silvério (2003), Silva e Silvério (2003), Santos (2005), Gomes (2000, 2001), Silva Jr. (1998), Mohelecke (2000), Siss (2003), Gomes (2008), Duarte (2008), Coelho (2009), Dias (2005) para citar alguns.

Nos estudos que partiram da perspectiva do Estado para compreender as políticas educacionais e curriculares voltadas para a temática *racial*, foi comum a referência de Apple (1996), Anderson (1995), Sacristán (1998), entre outros para analisar o Estado regulador centrado nas concepções das políticas neoliberais. Mas, observamos que em relação à influência dos organismos internacionais como definidores de políticas (CEPAL/UNESCO, Banco Mundial - BM, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD, entre outros).

Dentre os trabalhos coletados nas Reuniões Anuais da ANPED destacamos aqueles que apresentam alguns indícios da perspectiva do Estado voltados para a temática racial, tais como: Veríssimo (2003), Gonçalves e Silva (2005); Rodrigues (2005), Souza (2009) e Marques (2011)⁴, Marques, Bolson e Moraes (2012)⁵, Pacífico e Teixeira (2013)⁶, Amaral (2013)⁷.

⁴ VERÍSSIMO, Maria Valéria Barbosa. Educação e desigualdade racial: políticas de ações afirmativas. 26^a Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2003; GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias, SILVA, Maria Vieira da. A questão do negro e políticas públicas de educação multicultural: avanços e limitações. 28^a Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2005; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Movimento negro, raça e política educacional. 28^a Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2005. SOUZA, Maria Elena Viana. Diálogos possíveis entre concepções de currículo e a Lei 10.639/03. 32^a Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2009; MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira. A manifestação do preconceito e da discriminação racial na Trajetória dos alunos negros bolsistas do PROUNI. 34^a Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2011.

⁵ MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira; BOLSON, Hildete da Silva Pereira; MORAIS, Walnilda Coelho Soares. Educação para as relações étnico raciais e a formação de Professores: as experiências de intervenção no Mato Grosso do Sul. 35^a Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2012.

⁶ PACÍFICO, Tânia Mara; TEIXEIRA, Rozana. Negritude e branquidade em livros didáticos de história, língua portuguesa e educação física. 36^a Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2013.

O estudo de Veríssimo (2003) analisa as políticas do governo de Fernando Henrique Cardoso, no período de 1995 a 2002, em específico as políticas de ações afirmativas. A autora aponta que a partir da lógica da eficiência, esse governo busca a reorganização da educação e mecanismos da avaliação de sistema, em âmbito nacional e em todas as modalidades. Nessa direção, Gonçalves e Silva (2005) refere-se sobre a questão do negro e políticas públicas de educação multicultural. Os argumentos trazidos pelas autoras em relação ao processo histórico das relações raciais apontam que a “[...] constatação de diferentes identidades abalou as estruturas curriculares marcadas pelo eurocentrismo” (p.6).

No artigo realizado por Rodrigues (2005) sobre o movimento negro, *raça* e política educacional, analisa a importância e o tratamento da categoria *raça* na definição de políticas educacionais, a partir da apreciação da Constituição Federal/1988 e a LDB nº 9.394/96, especialmente a Lei nº 10.639/03. Outro estudo na perspectiva da Lei nº 10.639/2003 em consonância com o papel do Estado é a produção de Souza (2009) que investiga as providências curriculares sugeridas pela Lei nº 10.639/2003, bem como algumas metas do Parecer CNE/CP 3/2004. Baseada nesse Parecer, a autora parte da compreensão de que o Estado tem dever de promover políticas de reparações voltadas para a educação dos negros.

O artigo de Marques (2011) versa sobre a manifestação do preconceito e da discriminação racial na trajetória dos alunos negros bolsistas do PROUNI, especificamente nos cursos de Direito e Pedagogia noturno, Centro Universitário de Campo Grande – MS. Neste estudo analisa a inserção de alunos negros na Educação Superior, bolsistas do PROUNI e problematiza a presença do duplo preconceito e da discriminação racial no espaço acadêmico. Já a pesquisa de Marques, Bolson e Moraes (2012) sobre a implementação da Lei 10.639/03 suscitou diferentes desafios para a educação, entre os quais se destacam a formação de professores para atuarem nas questões étnico-raciais e as tensões presentes na dimensão cognitiva e subjetiva dos docentes e nos espaços escolares.

Pacífico e Teixeira (2013) apresentam uma discussão acerca do papel desempenhado pela branquidade e pela negritude nos livros didáticos de História,

⁷ AMARAL, Wagner Roberto. Os circuitos de trabalho indígena: os profissionais indígenas como novos sujeitos da gestão de políticas públicas. *36ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação /n.21*, 2013.

Língua Portuguesa e Educação Física, aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Livro público do Paraná, ao longo da primeira década de implementação da Lei 10.639/03, em que as formas simbólicas apresentadas neles indicam rupturas, mas em sua maioria, estão a serviço da manutenção e sustentação de relações de poder.

O estudo de Amaral (2013) sobre gestão de políticas públicas para povos indígenas, vislumbra a emergência da constituição de um novo sujeito indígena, com *status* profissional e intelectual, formado pelas universidades públicas e que passa a ser desafiado a manter seu duplo pertencimento na tarefa de executar e de gerir políticas públicas voltadas a seus grupos étnicos.

De modo geral os artigos que apresentam alguns indícios da perspectiva do Estado voltados para a temática racial configuram-se como parte decisiva da estratégia de expansão das políticas educacionais de ação afirmativa no Brasil e representam um marco no processo de promoção de igualdade de oportunidades e deve ser fortalecido e aperfeiçoado por meio de diferentes mecanismos para aqueles grupos que originalmente não estavam representados nessas políticas.

Além dessas temáticas, centradas na perspectiva do Estado, consideramos importante analisar os estudos que abordam a perspectiva das políticas para a igualdade racial com destaque as *ações afirmativas*. Todos os artigos de interesse foram lidos integralmente.

Em seu artigo, Siss (2002)⁸, apresenta algumas considerações sobre Políticas de Ações Afirmativas e Educação dos afro-brasileiros. Expõe que as desigualdades de acesso à educação, de permanência em instituições escolares em qualquer dos seus níveis, de realização, bem como a trajetória escolar de alunos afro-brasileiros e brancos quando comparadas, revelam-se diferenciadas e sempre em detrimento dos afro-brasileiros.

Nesta direção, Veríssimo⁹ sobre *Educação e desigualdade racial*: políticas de ações afirmativas faz uma breve contextualização das políticas na reorganização da educação a partir da conjuntura dos anos 1990. A autora avança no sentido de apresentar no campo educacional a luta dos movimentos sociais, especialmente os que tratam da denúncia de discriminação racial no trabalho.

⁸ SISS, Ahyas. Afro-brasileiros. Políticas de ação afirmativa e educação: algumas considerações. 25^a Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2002.

Veloso (2005)¹⁰ relata a experiência da Universidade Federal de Montes Claros – UNIMONTES sobre o sistema de reserva de vagas em seus cursos de Graduação e discute formas de acesso ao Ensino Superior. Aponta a partir da aplicação de questionários que a “[...] a instituição de cotas na UNIMONTES não foi gestada, pensada e proposta por sua comunidade universitária” (VELOSO, 2005, p.2).

Miranda (2005)¹¹ apresenta as narrativas sobre cotas em jornais ressaltando a probabilidade de fracasso por parte dos ingressantes contemplados pelo sistema de reservas de vagas nas universidades públicas. Este trabalho aponta: “[...] a re- interpretação das narrativas sobre cotas traduz uma necessidade de desvelarmos, sobretudo, em que medida os jornais trabalham para perpetuar seu lugar de reprodutor, de políticas de branquidade, por porta voz de grupos eurodescendentes” (idem, 2005, p.4).

Na esfera do Ensino Superior, Menin e Shimizu (2006)¹², fazem uma análise sobre as representações sociais de diferentes políticas de ações afirmativas para negros, afrodescendentes e alunos de escola pública na Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. Esse estudo aproxima-se dos resultados empreendidos no estudo de Miranda (2005) acerca da compreensão da política de branquitude como discurso hegemônico que tem tido orientado culturalmente as estruturas sociais.

Já os artigos de Jesus (2008, 2009)¹³, abordam sobre as micro-ações afirmativas no cotidiano das escolas públicas, a partir da narrativa de três professoras da Rede Pública do Rio de Janeiro. Para a autora as micro-ações afirmativas empreendidas nas narrativas dessas professoras são “[...] ações comprometidas com a transformação da realidade de opressão com a qual convivem crianças e jovens negros em nossas escolas públicas [...]” (idem, 2009, p.15).

⁹ VERÍSSIMO, Maria Valéria Barbosa. Educação e desigualdade racial: políticas de ações afirmativas. *26ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2003.

¹⁰ VELOSO, Geisa Magela. Cotas na universidade pública – direito ou privilégio? *28ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2005.

¹¹ MIRANDA, Claudia. Narrativas sobre “cotas” em jornais: o híbrido e o grotesco nos discursos de resistência frente à perspectiva afrodescendente de interculturalidade. *28ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2005.

¹² MENIN, Maria Suzana De Stefano, SHIMIZU, Alessandra de Moraes. Representações sociais de diferentes políticas de ação Afirmativa para negros, afrodescendentes e alunos de Escolas públicas numa universidade brasileira. *29ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2006.

¹³ JESUS, Regina de Fátima de. Micro-ações afirmativas no cotidiano de escolas públicas. *31ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2008; Práticas pedagógicas evidenciam micro-ações afirmativas Cotidianas. *32ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2009.

Tomaim e Pereira (2010)¹⁴, analisam as representações sociais de professores do Ensino Médio sobre cotas para negros na Universidade e expõem no processo de objetivação duas imagens: “a invisibilidade do outro” e “igualdade”. Concluem que as representações sociais de professores se ancoram no núcleo figurativo do mito da democracia racial amparado pela crença da meritocracia, cotas para pobres e omissão do racismo na escola.

No trabalho de Barbosa e Lima (2011)¹⁵ as *ações afirmativas* aparecem em um Programa de Integração e de Inclusão Étnico-Racial – PIIER da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, especificamente no curso de Enfermagem. Nesse Programa analisam a percepção de docentes, discentes (cotistas e não-cotistas). Os resultados demonstram que “[...] os conceitos que ainda estão enraizados nos sujeitos pesquisados refletem atitudes discriminatórias mesmo que de forma inconsciente, contribuindo para sua subjetivação” (idem, 2011, p.14).

O estudo de Estácio (2012)¹⁶ objetiva analisar a política de ação afirmativa do tipo quotas étnicas da Universidade do Estado do Amazonas, a partir da compreensão dos alunos beneficiados e do Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (Meiam), criadas pela Lei Estadual n.º 2.894/2004. Os resultados demonstraram que a presença de índios na UEA, não se concretizaram, mas vem sim, propiciando uma maior aproximação e convivência com a diversidade.

Barreto (2012)¹⁷ analisa o processo de implantação de cotas, considerando as contribuições do movimento negro no processo de luta, no que se refere ao acesso dos alunos afrodescendentes e indígenas da universidade. Em suas conclusões afirma que as políticas de cotas são as formas mais acessíveis de equalizar as desigualdades que ocorrem nos países que sofreram escravidão, injustiças sociais, assim como também, essa equalização deve ocorrer em cada Estado.

¹⁴ TOMAIN, Valquiria Rodrigues Reis, LIMA, Rita de Cássia Pereira. Representações sociais de professores do ensino médio sobre cotas para negros na universidade: o mito da democracia racial. 33ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2010.

¹⁵ BARBOSA, Valci Aparecida, LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. Programa de integração e de inclusão étnicorracial: ações afirmativas na UNEMAT – uma questão de (re) educação. 34ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2011.

¹⁶ ESTÁCIO, Marcos André Ferreira. Quotas, sim. só quotas, não! Análise das ações afirmativas do tipo quotas para indígenas no Amazonas. 35ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2012.

¹⁷ BARRETO, Maria Aparecida Santos Correa. Ações Afirmativas e Sistema de Cotas: Um Olhar a partir do Movimento Negro. 35ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2012.

Não raro, o trabalho de Norões (2013)¹⁸ corrobora com a criação de espaços para pesquisa sobre Ações Afirmativas (AA) em treze áreas do conhecimento e em cento e uma IES e outros espaços indica um contexto de conquistas progressivas e em um curto espaço de tempo. Esse movimento que ocupou esses polêmicos espaços de produção intelectual foi fundamental para ampliar o debate sobre relações raciais no Brasil.

De uma perspectiva mais abrangente Jesus (2013)¹⁹ aponta as experiências de ações afirmativas e de cotas, implementadas como resultado direto e indireto da decisão do STF, darão a sociedade brasileira a possibilidade de construir outro projeto de nação, no qual as relações étnico-raciais, vistas como estruturais e estruturantes da nossa constituição social, sejam reconhecidas como componente fundamental para a construção de uma sociedade democrática.

Passos e Rodrigues (2015)²⁰ analisam a articulação entre a educação das relações étnico-raciais e as ações afirmativas nas universidades federais. A análise foi desenvolvida com o intuito de discutir e examinar se as instituições de ensino superior adotaram políticas de reestruturação curricular a partir das políticas de ações afirmativas, se estas políticas de acesso têm sido acompanhadas por mudanças curriculares, de pesquisa e extensão.

A pesquisa de Nogueira e Morosini (2015)²¹ objetivou conhecer desdobramentos da política de cotas, e mais detidamente, as cotas raciais, no curso de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, na perspectiva de docentes. Os resultados revelam a consolidação formal dessa política em nível nacional e institucional, as contradições expressas pelos docentes quanto a sua concepção e seu desenvolvimento em um curso de graduação altamente elitizado e, por outro lado, sua importância como fator impulsionador de mudanças nesta graduação.

¹⁸ NORÕES, Katia Cristina. Cotas na pós-graduação e a perspectiva de conquistar outros espaços para a produção de conhecimento. *36ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2013.

¹⁹ JESUS, Rodrigo Ednilson de. A “constituição” da nação brasileira em disputa: o debate em torno da (in) constitucionalidade das ações afirmativas. *36ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação/ n.21*, 2013.

²⁰ PASSOS, Joana Célia dos; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. A política curricular para a educação das relações étnico-raciais e as ações afirmativas no ensino superior. *37ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação/ n.21*, 2015.

²¹ NOGUEIRA, Fernanda; MOROSINI, Marília Costa. Política afirmativa na educação superior brasileira: as cotas raciais como interferência no espaço de poder universitário na perspectiva de docentes da medicina. *37ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2015.

Aguiar e Piotto (2015)²² analisam os indicadores socioeconômicos e étnico-raciais de estudantes da Universidade de São Paulo após a adoção de seu Programa de Inclusão Social entre 2005 e 2014. Os dados do Programa parecem ser um exemplo dos limites de programas de ações afirmativas que se valem única e exclusivamente de critérios socioeconômicos para a inclusão dos grupos que historicamente tem sido os mais excluídos do ensino superior em nosso país, desconsiderando a ação da raça na constituição das desigualdades.

Na mesma perspectiva dos trabalhos que versam sobre a dimensão do estado, Rocha e Maldonado (2015)²³ consideram que o conceito de cotas raciais se encontra intimamente relacionado à ideia de raça e às condições de inferioridade possíveis com esse conceito historicamente construído, cujo percurso efetivamente não nos autoriza a falar em progresso da razão humana, mas de tensões múltiplas, de repressões e de violências alojadas nos planos discursivos e não-discursivos.

Em sintonia com as demais produções Vanzuita (2015)²⁴ discuti relações e interações entre crianças em momentos de observação participativa. Objetivou analisar práticas pedagógicas em uma instituição de educação infantil, com atendimento de 0 a 5 anos, partindo das orientações na implementação da Lei 10.639/03. As práticas afirmativas são positivas no sentido de trazer a discussão para o cotidiano escolar, para que crianças e adultos falem sobre o assunto com tranquilidade, superando a controvertida cordialidade brasileira no trato do racialmente diferente.

Sales e Fischman (2015)²⁵ discutem a lógica de argumentação e o posicionamento sobre Ação Afirmativa das revistas *Veja* e *Isto É* entre 1995 a 2013. A pesquisa evidencia importantes tensões discursivas nas revistas sobre as políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior, em especial sobre as cotas.

²² AGUIAR, Márcio Mucedula; PIOTTO, Débora Cristina. Combate à desigualdade? Análise socioeconômica e étnico-racial de um programa de ação afirmativa no ensino superior. *37ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2015.

²³ ROCHA, Érica Silva; MALDONADO, Maritza Maciel Castrillon. A emergência do discurso das cotas raciais do ensino superior: uma versão historiográfica não-convencional a partir das *epistemes* de Foucault. *37ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2015.

²⁴ VANZUITA, Simone. O que “dizem” as crianças no contexto das políticas de ações afirmativas? *37ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2015.

²⁵ SALES, Sandra Regina; FISCHAMAN, Gustavo E. Os discursos sobre ação afirmativa das revistas *veja* e *isto é*: o que mudou entre 1995 e 2013? *37ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2015.

Santos (2015)²⁶ investiga as mediações das categorias de raça e de classe social no processo de implementação das cotas sociais da UFES entre 2006 a 2012. Conclui que há uma “oxigenação”, pois as cotas operam uma dimensão pedagógica de ampliar a diversidade na academia.

O estudo de Vieira (2015)²⁷ sintetiza um debate em termos teóricos, a partir dos conceitos de igualdade e diferença. O reconhecimento da diferença inclui a adoção da categoria raça como elemento norteador de políticas públicas que têm por fundamento a superação da desigualdade e o redimensionamento das contribuições dadas pela população negra.

O trabalho de Marques e Brito (2015)²⁸ analisa as falas dos candidatos pretos e pardos na banca avaliadora do fenótipo, em uma instituição de ensino superior da Região Centro-Oeste. Constataram que a existência da banca avaliadora se constitui em mecanismo que coíbe a interpretação errônea ou fraudulenta de pertencimento étnico-racial e configura-se num espaço de diálogo com os candidatos, no sentido de apontar que os conflitos são resultantes de um processo de negação e de invisibilidade da população negra no Brasil.

Na esteira desses conjuntos de textos a discussão sobre as ações afirmativas obtiveram debates intensos e enriquecedores que extrapolaram a premência de políticas afirmativas para democratizar o acesso e permanência no ensino superior dos grupos fragilizados econômica e socialmente e não apenas os negros, como é o caso das cotas para povos indígenas. A despeito dos estudos apontarem a necessidade de se adotar políticas de ações afirmativas, assim como a recepção dessas medidas por meio do ordenamento (jurídico e educacional), um grande problema ainda carece de solução: as condições e critérios para adoção das referidas políticas, ou seja, sua forma, duração e intensidade.

Políticas públicas de ações afirmativas ensejam atuações positivas do governo na distribuição dos bens sociais para determinados grupos. Cotas raciais são uma espécie de ação afirmativa que intencionam um objetivo específico, qual seja: contornar os

²⁶ SANTOS, Pereira dos. Os “intrusos” e os “outros” oxigenando a universidade: por uma relação articulada entre raça e classe nas ações afirmativas. *37ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2015.

²⁷ VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos. Um ensaio teórico sobre igualdade e diferença no ensino superior: contribuições ao debate sobre as políticas de ação afirmativa no Brasil (2002-2012). *37ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2015.

problemas de liberdade decorrentes da discriminação racial. No entanto, as construções sociais de relações pacíficas entre as raças e o ideário de que os problemas das relações sociais no Brasil são decorrentes das desigualdades de classes e *status* socioeconômico (HASENBALG, SILVA, 1990), influenciam a estruturação das políticas de cotas para ingresso no ensino superior.

Ainda há um conjunto de textos que abordam a perspectiva das políticas para a igualdade racial com destaque para aqueles que tratam sobre a *Lei nº 10.639/2003*, a qual apresenta uma trajetória singular. Dentre os quais destacamos: Rosa (2006)²⁹, realiza uma análise sobre o conceito de identidade tomando-a como relacional, construída a partir de elementos simbólicos e sociais dentro do contexto onde se insere o sujeito, sendo então externa ao mesmo, podendo ser construída tanto com elementos negativos como positivos.

O artigo de Pereira (2007)³⁰ discute entraves entre educadores, mesmo alguns mais engajados na implementação da Lei – assumidamente *agentes da Lei*: desde a ingenuidade com que, muitas vezes, assimilamos temáticas, conceitos, conteúdos, e duas fontes: às dificuldades para lidarmos com algumas questões básicas, como o conceito de História e Cultura Afro-Brasileira e a articulação de conteúdos capazes de dar conta da sua complexidade.

Souza (2011)³¹ apresenta dois artigos em que discute a Lei nº 10.639/03 em escolas públicas do Município do Rio de Janeiro, objetivando trazer subsídios para a implementação da Lei em consonância com a proposta curricular veiculada pela escola pública de Ensino Fundamental, cujo “[...] silêncio sobre a problemática racial ainda faz parte da postura de alguns professores, revelando que o currículo nunca é uma proposta neutra de conhecimentos” (idem, 2011, p.1).

²⁸ MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira; BRITO, Ireni Aparecida Moreira. Os candidatos aprovados pelo regime de cotas raciais e os conflitos sobre a identidade negra na banca avaliadora de fenótipo. *37ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2015.

²⁹ ROSA, Maria Cristina. Os professores de arte e a inclusão: o caso da Lei 10639/2003. *29ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2006.

³⁰ PEREIRA, Amauri Mendes. “Quem não pode atalhar, arroteia!”: reflexões sobre o desafio da práxis dos educadores dos agentes da Lei 10.639/03. *30ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2007.

³¹ SOUZA, Maria Elena Viana Souza. Considerações sobre a (não)implementação da lei 10.639/03 em Escolas públicas do município do rio de janeiro. *34ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2011; Diálogos possíveis entre concepções de currículo e a Lei 10.639/03. *32ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2009.

O estudo de Licínio (2012)³² reforça que os conceitos de multiculturalismo e interculturalidade contribuem para desconstruir o currículo etnocêntrico e traz em suas conclusões a necessidade do estabelecimento de relações entre as culturas, bem como o desafio de acabar com o preconceito e o racismo no currículo escolar.

Em artigo publicado na ANPED, Coelho (2007)³³ aborda sobre as definições de beleza ou de sua falta, atribuídas ao branco como modelo, onde “[...] a cor da pele, índice de destaque, continuava sendo índice de distinção na escola – quanto mais negra, menos importância” (idem, 2007, p.11). Em outro estudo, Coelho e Coelho (2012)³⁴ abordam as práticas adotadas por escolas da Região Norte, na implementação dos dispositivos que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com relação à introdução de temáticas relativas à Cultura Afro-Brasileira, à História da África e à História dos Povos Indígenas. A pesquisa apontou que a abordagem dos conteúdos concernentes à História da África não tem sido eficaz. Estudantes e profissionais da educação demonstram não terem superado noções elementares sobre o continente africano.

Molina (2013)³⁵ analisa as consequências didáticas e curriculares da inclusão da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas do nosso país. Revela que as determinações da Lei nº 10.639/03 não são simplesmente o ensino de “novos conteúdos programáticos”, mas de uma proposta de mudança paradigmática da noção de escolarização, uma noção que inclui a descolonização cultural na pauta da formação cidadã de todos os brasileiros.

Fernandes (2015)³⁶ realiza uma análise do enraizamento institucional da Lei nº 10.639/2003 na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Concluiu afirmando a necessidade de mais pesquisas em relação à implementação da Lei nº. 10.639/2003 e que abordem a educação profissional e tecnológica.

³² BACKES, José Licínio. Os conceitos de multiculturalismo e interculturalidade e a resignificação do currículo. *35ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2012.

³³ Sobre o Silêncio da cor consultar: COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Silêncio e cor: relações raciais e a formação de professoras no estado do Pará (1970-1989). *30ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2007.

³⁴ COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cezar. A educação para a diversidade e a questão étnico-racial: apontamentos para a análise de práticas em curso. *35ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2012.

³⁵ MOLINA, Thiago dos Santos. A didática da dupla consciência e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. *36ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2013.

³⁶ ROCHA, Fernanda Rodrigues da. O enraizamento institucional da Lei Nº. 10.639/2003 na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. *37ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2015.

Machado (2015)³⁷ aborda experiências de pesquisa sobre a formação de professores, produção e manutenção do racismo no Ensino Fundamental. Problematiza as tensões à implementação da Lei 10.639/2003, a partir das DCNs para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Verifica-se que a formação inicial e continuada de professores é de fundamental importância, quando se pretende alternativas às questões raciais que se encontram estabelecidas no cotidiano escolar. Portanto, a formação por meio de política pública continua fragmentada, desarticulada.

Oliveira e Rodrigues (2015)³⁸ buscaram afirmar que, mais do que uma relação preconceituosa ou racista expressa nas manifestações religiosas, a negação e a invisibilidade das culturas e expressão das religiosidades afrodescendentes na educação, estão revelando uma forma de racismo que denominamos epistêmico. Desconstruir essa ideologia poderá contribuir para a superação de práticas segregacionistas, racistas e construir um novo olhar sobre as práticas curriculares.

Nesse conjunto de artigos sobre a Lei nº 10.639/2003 os movimentos instituintes encontram expressão nas experiências pedagógicas em curso por todo país. Nos últimos anos observa-se uma série de ações e propostas que apontam para mudanças substantivas nos currículos e práticas pedagógicas. A Lei nº 10.639/2003, portanto pode de fato vir a impulsionar processos importantes de transformações e mudanças na educação e, sobretudo no campo do currículo, auxiliando na formação de agentes brancos, negros, indígenas, com conhecimentos não deturpados sobre os povos africanos e negros brasileiros.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Nesse conjunto de artigos, que engloba as discussões acerca das *políticas educacionais*, especialmente as políticas para a igualdade racial: *Ações Afirmativas e Lei nº 10.639/2003*, as inflexões são as mais diversas, algumas demonstram maior fundamentação teórica e apresentam reflexões mais aprofundadas sobre as políticas

³⁷ MACHADO, Sandra Maria. Cotidiano escolar/(re)trato social: curriculando as relações raciais. 37^a Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2015.

³⁸ OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; RODRIGUES, Marcelino Euzébio. A cruz, o ogó e o oxê: religiosidades e racismo epistêmico na educação carioca. 37^a Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2015.

educacionais voltadas para a população negra. Outras se limitam a expor o que foi feito e a tecer breves comentários sobre os objetivos atingidos.

De modo geral surgem algumas categorias estruturais como: racismo, desigualdade racial e discriminação direcionada à população negra impregnam a sociedade brasileira e, no que diz respeito à educação, infelizmente, a situação não é diferente. Entretanto, consideramos que a educação escolar em uma perspectiva antirracista, não pode ser a transmissão acrítica dos conhecimentos que o Estado e as demais instituições dominantes consideram legítimas, seja por meio do currículo, seja por meio das práticas instituintes na escola.

Assim, a análise do *corpus* dos anais da ANPED proporcionou a síntese dos resultados da pesquisa retratados no Quadro 2 a seguir:

QUADRO 2: SÍNTESE DOS RESULTADOS DE PESQUISAS SOBRE POLÍTICA CURRICULAR E RELAÇÕES RACIAIS		
GÊNERO – ANAIS DA ANPED	AGENTES ENUNCIADORES	ENUNCIADOS
25ª Reunião Anual 26ª Reunião Anual 28ª Reunião Anual 29ª Reunião Anual 30ª Reunião Anual 34ª Reunião Anual 35ª Reunião Anual 36ª Reunião Anual 37ª Reunião Anual	SISS (2002); VERÍSSIMO (2003); MIRANDA (2005); MENIN E SHIMIZU (2006); PEREIRA (2007); SOUZA (2011); BARRETO (2012); NORÕES (2013); JESUS (2013); PASSOS E RODRIGUES (2015); NOGUEIRA E MOROSINI (2015); AGUIAR E PIOTTO (2015); ROCHA E MALDONADO (2015); VANZUITA (2015); SALES E FISCHMAN (2015); SANTOS (2015); VIERA (2015); MARQUES E BRITO (2015).	Políticas de caráter reparatório, compensatório ou de ação afirmativa.
27ª Reunião Anual 28ª Reunião Anual	VERÍSSIMO (2004); GONÇALVES; SILVA (2005); RODRIGUES (2005); MARQUES, BOLSON E MORAES (2012).	Política Educacional articulada à exclusão educacional e racial.
28ª Reunião Anual 33ª Reunião Anual	VELOSO (2005); TOMAIN E LIMA (2010).	Políticas educacionais contrárias às cotas evidenciada na representatividade de professores.
35ª Reunião Anual	ESTÁCIO (2012).	Políticas de cotas restritas apenas ao grupo beneficiário (indígena).
36ª Reunião Anual	AMARAL (2013).	Trabalho indígena e gestão de políticas públicas.
29ª Reunião Anual 32ª Reunião Anual 35ª Reunião Anual	ROSA (2006); SOUZA (2009); LICÍNIO (2012).	Política como uma abordagem culturalista de subversão de valores discriminatórios
31ª Reunião Anual 32ª Reunião Anual	JESUS (2008, 2009).	Política como micro-ações afirmativas cotidianas.
34ª Reunião Anual	BARBOSA; LIMA (2011); MARQUES (2011).	Discursos de Políticas de Estado, estruturais e universais articuladas.
35ª Reunião Anual 36ª Reunião Anual 37ª Reunião Anual	COELHO E COELHO (2012); MOLINA (2013); FERNANDES (2015); MACHADO (2015); OLIVEIRA E RODRIGUES (2015).	Política curricular na perspectiva da Lei nº 10.639/2003 e escola.
36ª Reunião Anual	PACÍFICO E TEIXEIRA (2013).	Negritude, branquitude e Programa Nacional do Livro Didático.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir do *site* da ANPED (GT-21)/2017.

A síntese dos resultados da pesquisa apresenta os gêneros do discurso, neste caso os Anais das Reuniões Anuais da ANPED, por ano de publicação, agentes enunciativos e enunciados, estes entendidos como dimensão discursiva. Nesse contexto, os enunciados tomam formas apropriadas de circulação, sejam orais ou escritos, refletem as finalidades específicas de cada contexto sociocomunicativo (BAKHTIN, 2010). Em

linhas gerais, os Anais possibilitam encontros, debates e discussões, ou seja, permitem as mais expressas intenções discursivas a fim de manter estreitos contatos entre os diversos campos sociais.

Entre outras intenções discursivas dos Anais, destacam-se alguns enunciados que expressam de um lado as experiências de Universidades Federais e Estaduais, nas quais a Políticas Educacionais no tocante a reservas de vagas foi implementada e, por outro as ONGs antirracistas voltadas para a inclusão de alunos negros no Ensino Superior brasileiro.

A adoção de Políticas de Ações Afirmativas parte de uma perspectiva extremamente individual para uma lógica coletiva, pois não se trata mais de “proteção aos desvalidos” (SILVA, 2003) pelos efeitos da discriminação e mesmo evitar e prevenir outras manifestações de preconceito.

Quanto às intenções discursivas dos textos relacionados com a Lei nº 10.639/2003, estas se configuram como uma conquista para o negro brasileiro e avançam na direção da construção cotidiana de novas relações sociais. Contudo, no decorrer do trabalho, nosso entendimento é de que a Lei nº 10.639/03, se trabalhada dentro da perspectiva da superação do *dilema brasileiro raça/cor* (SKDMORE, 2012; GUIMARÃES, 1996; SCHWARCZ, 1993), ainda em trânsito no século XXI, é como incluir sem preterir e integrar, reconhecendo as peculiaridades afrodescendentes, tanto aquelas advindas do processo histórico social singular brasileiro, quanto aquelas que conferem uma identidade particular ao referido grupo.

Destarte, as pesquisas sobre Política Curricular e Relações *Raciais* foram ampliadas na última década no Brasil, favorecendo a abertura de espaços de discussões e busca de alternativas para minimizar a discriminação racial e o preconceito nas escolas. Desse modo, concluímos que esses estudos impulsionam o debate sobre a superação do racismo, discriminação e preconceito racial nos diferentes campos sociais.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir (coord.) **Pós-neoliberalismo**. As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- APPLE, Michael W. Consumindo o outro: branquidade, educação e batatas fritas. In: COSTA, Marisa Vorraber (org). **A escola básica na virada do século**. Cultura, política e educação. São Paulo: Cortez, p. 25-43, 1996.
- _____. **Ideologia e currículo**. Tradução Vinicius Figueira, - 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2006.

- _____. Presença ausente da raça nas reformas educacionais. In: CANEN, Ana. MOREIRA, Antonio Flávio Moreira. **Ênfases e omissões no currículo** (orgs.). – Campinas, SP: Papirus, 2001.
- _____. Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da Silva (orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. Tradução de Maria Aparecida Baptista – 11 ed. – São Paulo, Cortez, 2009.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 14.ed – São Paulo: Hucitec, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n.º 10.639, de 09.01.03**: altera a Lei nº 9.394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e cultura afro-brasileira, 2003.
- BURKE, Peter. “História como memória social”. In: **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89.
- CLIFFORD, J. **Itinerários transculturales**. Barcelona: Gedisa, 1977.
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **A cor ausente**. 2 ed. Belo Horizonte: Mazza Edições; Belém: Editora UNAMA, 2009.
- DIAS, Lucimar Rosa. Quantos passos já foram dados? A questão da raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à Lei 10.639, de 2003. In: ROMÃO, Jeruse (org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- DUARTE, Evandro C. Piza et al. **Cotas raciais no Ensino Superior**. Curitiba: Juruá, 2008.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”, Educação & Sociedade, Campinas, SP, v. 23, n. 79, 2002, p. 257.
- GATTI, Bernadete. Pós-Graduação e Pesquisa em Educação no Brasil: 1978-1981. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, nº 44, p.3-17, 1983.
- _____. Pesquisa em educação: um tema em debate. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.80, p.106-111, fev.1992.
- GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa & princípio Constitucional da igualdade: o Direito como instrumento de transformação social. A experiência do EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flávio, CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- GUIMARÃES, A. S. A desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, J. (org.). **Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos**. Brasília: Ministério da Justiça, 1996.
- LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, p. 423-483, 1994.
- MAINARDES, Jefferson. A organização da escolaridade em ciclos e as políticas de currículo. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v.7 n.1 Abril/2011.
- MOSCOVICI, S. A. **Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- OLIVEIRA, Ana de. LOPES, Alice Casemiro. A abordagem do ciclo de políticas: uma leitura pela teoria do discurso. *Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas* [38]: 19-41, janeiro/abril 2011.
- ROMANOWSKI, Joana; ENS, Romilda. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, PR. v. 6, n. 19, p. 37-50, set.-dez. 2006.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ArtMed. Tradução de Ernani F. da F. Rosa, 1998.
- SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Racismo em livros didáticos:** estudo sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Negros na universidade e produção do conhecimento. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (orgs.). **Educação e Ações Afirmativas:** entre a Justiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SISS, Ayhas; OLIVEIRA, Iolanda de. Trinta anos de ANPED, as pesquisas sobre a educação dos afro-brasileiros e o GT-21: marcas de uma trajetória. Texto apresentado na **24ª Reunião Anual da ANPED**, 2004.

SKDMORE, Thomas E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.